



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

OS (IN) VISÍVEIS DA TRANSAMAZÔNICA

Denise Targino da Silva

Universidade Federal do Pará - Campus Altamira

Email: denise.targino@hotmail.com

Resumo

O Tema do trabalho surgiu devido ao primeiro contato com a turma de graduação do curso de Educação do Campo no campus de Altamira no Pará com a disciplina de Fundamentos da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Foi lançada para a turma a seguinte questão Onde estão as pessoas com deficiência na sua comunidade? E a produção do texto os remontou a um passado familiar, escolar e atual a cerca destes sujeitos do campo por que os alunos são oriundos da zona rural ou travessões onde as condições de infraestrutura são difíceis e precárias. E os textos foram revelando o lugar que estas pessoas ocupam muitos permanecem escondidos pelos familiares , não freqüentam a escola , outros através de muita luta estão na escola mesmo a instituição afirmando que “não esta preparada e não sabe como fazer e agir “e ao mesmo tempo se nota na escrita dos alunos um olhar e um desejo que é necessário esta aproximação e ocupação dos espaços por muito tempo negados as pessoas com deficiência . O texto esta dividido em duas partes onde a primeira é apresentada a trajetória da educação especial no nosso país com seus diversos decretos e leis e no segundo momento os relatos dos alunos sobre o seu contato com as pessoas com deficiência em diferentes fases de suas vidas.

Palavras Chaves: **Inclusão, Campo, Deficiências.**

1.Introdução

O tema do trabalho surgiu devido ao primeiro contato que as turmas de graduação do curso de Educação do Campo da Universidade Federal do Pará no Campus Altamira e tiveram com a disciplina de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva .Havia muitas dúvidas , curiosidades sobre os sujeitos envolvidos na proposta inclusiva e no inicio da aula foi lançada a seguinte questão para a turma Onde estão as pessoas com deficiência na sua comunidade ? Você conhece? Tem parente com deficiência? Como é o convívio? E na sua trajetória escolar como foi esta aproximação?E hoje nas escolas das suas comunidades eles estão presentes nas salas de aula?

Após a produção de texto pelos alunos as discussões dos relatos prosseguiram e verificamos os diversos desafios em relação a nomenclatura , os decretos , e leis vigentes desconhecidas pelos alunos .O relato de experiência a principio será



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

organizado com uma cronologia da história da educação especial no Brasil e no segundo momento do texto o que os alunos pensam sobre os sujeitos (in) visíveis da transamazônica. O trabalho tem como objetivos apresentar os desafios que as pessoas com deficiência enfrentam no seu dia a dia escolar em especial no campo, demonstrar que ainda existe desconhecimento sobre os decretos e leis vigentes em relação a educação inclusiva e que apesar de todas as barreiras impostas pela sociedade os sujeitos da educação inclusiva estão chegando nas escolas.

11 A origem de tudo

A educação especial no nosso país passou por várias etapas desde classes especiais para as pessoas com deficiência até o momento vigente onde o alunado com deficiência mental, visual, auditiva, física, múltipla, os de condutas típicas das síndromes neurológicas, psiquiátricas e psicológicas graves e os de altas habilidades (superdotados) estão inseridos no ensino regular e no contra turno participando do Atendimento Educacional Especializado – AEE.

A história da Educação Especial no Brasil teve início com a criação de duas instituições públicas para atender alunos cegos e surdos. A primeira foi em 1854, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (hoje Instituto Benjamim Constant –IBC), e a segunda foi o Imperial Instituto Nacional de Surdos em 1857, (atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdos –INES). Em 1926 é fundado o Instituto Pestalozzi onde se atendia as pessoas com deficiência mental; em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais –APAE e na Sociedade Pestalozzi em 1945 é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação-altas habilidades.

Em 1961 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/61 sinaliza que os “excepcionais” termo usado na época para as pessoas com deficiência têm direito a educação no sistema de ensino regular. Em 1971, a lei 5.692 altera a LDBEN definindo tratamento especial para os alunos com deficiências físicas, mentais ou que esteja em atraso quanto à idade regular de matrícula além dos superdotados. Dois anos depois no MEC é criado o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, órgão que tem a missão de gerenciar a educação especial no Brasil.

Em 1988 a nossa Constituição Federal nos apresenta no seu artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Na década de 90 a lei nº 8.069 – o Estatuto da Criança e do Adolescente determina que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino”. Acrescentemos a



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca(1994) que é um marco na luta contra o preconceito , que passam a influenciar as políticas públicas da educação inclusiva.São documentos importantíssimos pois reafirmar o direito de todas as pessoas à educação independente de suas diferenças particulares . Segue alguns de seus princípios para apreciação e reflexão:

- Todas as crianças, de ambos os sexos têm direito fundamental à educação e(..) a elas deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimentos;
- Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios;
- As pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades;

A declaração de Salamanca apela a todos os governos para que os mesmos priorizem a melhoria de seus sistemas educativos assim como a matricula de todas as crianças em escolas comuns (p.10) é o que se define como escola integradora que acolha toda e qualquer criança independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Assim uma escola integradora recebe:

Crianças com deficiências e crianças bem dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (p.18)

No mesmo ano é publicada a Política Nacional de Educação Especial que passa a orientar o processo de integração condicionando o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “[..] possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum , no mesmo ritmo que os alunos ditos normais”.(p.19)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-lei nº 9.394/96 no artigo 59, destaca que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade especifica àqueles que não atingiram o nível exigido para conclusão do



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ensino fundamental, em decorrência de suas deficiências e; a aceleração de estudos aos superdotados /altas habilidades para conclusão do programa escolar.

O decreto nº 3.298 de 1999, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino dando ênfase a atuação complementar da educação especial ao ensino regular .

Podemos perceber nos últimos tempos um avanço nesta trajetória da educação inclusiva. Na Convenção da Guatemala (1999) promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência, toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. Outro dado de suma importância em especial no ensino superior é o olhar na formação docente voltado à diversidade e que aborde as especificidades dos docentes com necessidades educacionais especiais.

Em 2002 a lei nº 10.436 reconhece a Língua Brasileira de Sinais como forma legal de comunicação e expressão e a inclusão da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia. No mesmo ano a Portaria nº 2.678 aprova diretriz e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino. Um ano depois, o Ministério da Educação cria o programa Educação Inclusiva: direito à diversidade , tendo como objetivo transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos .

Em 2004, é divulgado pelo Ministério Público Federal o documento O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular para que todos possam ter acesso aos conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, destacando mais uma vez o direito e os benefícios da escolarização de docentes com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino básico.

O Decreto nº 5.296/04 regulamenta as leis nº 10.048 /00 e nº 10.098/00 , estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida .O Programa Brasil Acessível trás este apoio ao desenvolvimento de ações que garantam acessibilidade .

Outro ponto destaque é o Decreto nº 5.626/05 que regulamenta a Lei nº 10.436/2002 objetivando a inclusão dos alunos surdos e Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor de Libras, o ensino da



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos a organização da educação bilíngüe no ensino básico.

Para as pessoas com Altas Habilidades /superdotação em 2005 implanta-se os Núcleos de Atividade -NAAH/S em todas as capitais e Distrito Federal para orientar às famílias e a formação continuada aos professores além do atendimento especializado aos alunos com altas habilidades /superdotação .

Nesta trajetória de inclusão tanto a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) onde o Brasil é signatário como também o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos numa ação conjunta entre a Secretaria Especial dos Direitos Humanos , o Ministério da Educação , o Ministérios da Justiça e a UNESCO agregam ações que possibilitem temáticas ligadas às pessoas com deficiência , inclusão , acesso e permanência na educação em todos os níveis de ensino .

O Plano de Desenvolvimento da Educação-PDE em 2007 juntamente com o Plano de Aceleração do Crescimento-PAC tinham como pontos de intersecção a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos e a formação docente para o atendimento educacional especializado. E o Decreto nº 6.094/2007 estabelecia dentre o seu compromisso Todos pela Educação.

Recentemente no mês de julho do corrente ano entrou em vigor a lei nº 13.146, lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência) que se destina a assegurar e promover a inclusão social e cidadania das pessoas com deficiência sancionada pela Presidenta da República Dilma Rouseff.

1.2 O cenário e os relatos dos alunos do campo

O Movimento de Educação do Campo vem desde a Primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, de 1998, lutando por uma educação que considere e respeite as particularidades do povo do campo. Este Movimento defende uma educação no campo, destacando que “o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive”, porque “ o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação , vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (CALDART , 2002 , p.26 .Grifo da autora).

Conforme Oliveira (2011, p.2): “é preciso considera-se os sujeitos do campo como seres construtores de sua história e não alienados ao modo de viver e saberes da cidade. Como seres pensantes do seu modo de ser e de viver em sociedade”.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo prevê no Inciso II do Art.13, a criação de propostas pedagógicas que:

Valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a finalidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas (BRASIL, 2002, p.41).

As escolas do campo na sua maioria seguem o modelo de escolas multisseriadas, numa mesma sala todos os alunos juntos, porém separados onde o professor divide a sala em quatro grupos a exemplo (6º , 7º , 8º e 9º anos) assim como o quadro negro em quatro partes com conteúdos diferentes . Os conteúdos seguem o que vem da cidade, ou seja, um modelo urbanocêntrico onde as especificidades do campo não são respeitadas e as escolas em péssimas condições para abrigar os sujeitos envolvidos.

A educação do campo enfrenta vários desafios desde um currículo não apropriado ao campo, conteúdos que não tratam da realidade do cenário rural, falta de infraestrutura das escolas, professores mal pagos e sobrecarregados e sem uma formação adequada, desconhecimento por parte de alguns das legislações vigentes em especial da proposta inclusiva .Estas são algumas das barreiras que o alunado de uma forma geral enfrenta assim com os alunos com deficiência .Lembrando que a proposta inclusiva envolve vários atores não só as pessoas com deficiências .Assim menciona Carvalho (2009 , p.113)” a proposta inclusiva beneficia a todos , deficientes ou não , colaborando para que se desenvolvam sadios sentimentos de respeito à diferença , de cooperação e de solidariedade orgânica”.

A seguir serão apresentados alguns relatos da turma de Licenciatura em Educação do Campo (ciências da natureza) do terceiro período 2015, relatando os diversos obstáculos enfrentados pelas pessoas com necessidades educacionais especiais nas suas comunidades.

No relato da aluna Luciana Ferreira é perceptível que em algumas escolas o aluno com deficiência é ignorado, visto como obstáculo :

Na escola onde trabalho existe um aluno que vai uma, duas vezes no mês pra aula , ele tem síndrome de down .As crianças não liga muito pra ele , não brincam e como se ele não estivesse lá .Ele chega na escola muito cedo , sete horas ele ta lá , mas dez



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

horas volta pra casa .Vejo que a escola não liga pra esses casos.Na verdade a escola têm três pessoas com síndrome de down , mas elas não participam das aula , no entanto nos diário estar preenchido como se eles participassem diariamente das aulas .

Como muitos professores não receberam formação adequada se sentem inseguros, enxergam os alunos com deficiência como verdadeiros problemas. Conforme Carvalho (2004, p.122) “os professores se sentem ameaçados e mais resistentes, quando encontram alunos com dificuldade de aprendizagem por diversas causas e manifestações e não sabem como lidar com elas”.

Neste outro relato da aluna Valquiria da Silva menciona que “na comunidade onde eu moro existem várias pessoas com deficiência e, eles se sentem muito constrangidos com a forma que as outras pessoas olham para elas “.

Os desafios à inclusão escolar das pessoas com deficiências são muitos, porém existe um que a autora Carvalho (2009, p.125) nos revela que é cruel “ é o sentimento de rejeição explícita ou mascarada sob a forma de tolerância as pessoas portadores de deficiência” .

Num outro relato a aluna Eunice de Macedo nos expõe sua experiência como professora e seu contato com um aluno com deficiência:

Como educadora, também tive contato com alunos portadores de deficiência física e mental [...] não era alfabetizado, mas tinha muita vontade de escrever as atividade escrita no quadro [...] ele procura escrever da maneira dele fazendo rabisco e bolinhas [...]quando recebia o visto no caderno ficava muito feliz , por pensar que também tinha feito sua atividade corretamente.

Percebemos que a atitude da educadora é de incentivo ao aluno é evidente que o docente necessita de um maior suporte como freqüentar o atendimento educacional especializado-AEE no turno oposto. Machado (2008) explica que o ponto de partida para uma educação inclusiva é compreender que todo aluno é capaz de aprender e que o ensino deve ser democrático, considerando as diferenças, interesses, necessidades, ideias e escolhas dos diferentes sujeitos.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A docente Jiovana Lunelli nos remete a sua infância quando era um tabu mencionar que alguém tinha deficiência. Visto como algo contagioso. Segue o relato:

Na comunidade Divino Espírito Santo na Vicinal 15, Brasil Novo-PA, na época quando estudava tinha uma colega de aula que tinha paralisia infantil parcial e também sofria de epilepsia [...] por muitas vezes passava mal na escola, quando isto acontecia ela baixava a cabeça e tinha vômitos [...] na época não se falava sobre a doença na sala de aula, a professora não comentava havia um certo temor para tocar no assunto com os alunos [...] ela não vinha para a escola por dois ou três dias.

Percebemos o silêncio da escola, dos alunos, dos professores por que não se sabia como lidar com a questão da epilepsia por falta de informação e o preconceito se instalava até que a criança ou jovem se evadia.

Num outro relato a aluna Érica Neves nos apresenta seu contato com um surdo em sua escola e a Libras como uma ação inclusiva onde todos da escola saíram ganhando.

Lembro-me somente de um aluno da escola em que trabalho que possui deficiência auditiva, porém é uma pessoa alegre, carinhosa, prestativa, possui vários amigos que ao longo do tempo conseguiram entendê-lo, através dos sinais (...) a grande dificuldade veio da escola, pois os professores por não terem tido uma formação para essa situação não sabiam como transmitir o conteúdo e nem avaliá-lo (...) começamos a trabalhar libras com todas as turmas e com os professores e serventes (...) esse ano ele casou com uma colega de turma e saiu da escola. Mas a escola não desanimou ainda continuamos a trabalhar libras.

O aluno mencionado pela aluna Érica foi um elemento motivador para que todos da escola tivessem acesso a libras ele estando ou não na escola e o que se percebe que não ficou restrito aos docentes, mas envolveram outros funcionários como os serventes. Por que todos que estão na escola irão conviver com os alunos surdos. Pietro (2006, p.58), explica que “os conhecimentos sobre o ensino de alunos com necessidades educacionais especiais não podem ser de domínio apenas de alguns “especialistas”, e



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

sim apropriados pelo maior número possível de profissionais da educação, idealmente por todos”.

Os relatos dos alunos nos apresentam uma variedade de barreiras que os sujeitos do campo em especial com deficiências enfrentam diariamente por uma educação de qualidade: uma escola do campo e para o campo com conteúdos e práticas que tenham sentido e não uma estrutura voltada para o urbanocêntrismo, ausência de Atendimento Educacional Especializado (AEE), formação continuada para os docentes, qualidade no ensino, discussões sobre a proposta inclusiva e acesso aos decretos, leis e convenções que o Brasil é signatário e um espaço de escuta para as pessoas com deficiência.

A construção do texto onde estão às pessoas com deficiência na sua comunidade foi uma maneira de instigar os alunos envolvidos na pesquisa a refletir sobre onde estes sujeitos se encontravam, o papel que as pessoas com deficiência exerciam em suas comunidades, compreender sua inserção na comunidade escolar atual e o que vem mudando nos últimos tempos com as novas leis, decretos e convenções que nosso país esta inserido.

1.3 Metodologia

O trabalho foi desenvolvido com a turma do 3º período Ciências da Natureza no mês de julho deste ano no tempo universidade já que o curso é organizado na forma de Pedagogia da Alternância. Desta maneira como forma de apresentar o tema Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (60 horas) os alunos buscaram em suas vivências e memórias o papel que as pessoas com deficiência tiveram em suas vidas seja no ambiente familiar, no ciclo de amizades, nas suas experiências educacionais. As memórias foram debatidas em sala de aula além de diversos trabalhos que foram realizados em sala de aula e na comunidade. Foram produzidos vídeos pelos alunos, fotos da intervenção na comunidade e imagens dos trabalhos produzidos no ambiente escolar.

1.4 Resultados e discussão

Pelos depoimentos dos alunos ficou claro que a Proposta da Educação Inclusiva é abrangente não se tratando apenas de pessoas com deficiências. É tanto que o termo empregado são Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, ou seja, aquelas que apresentam significativas diferenças físicas, sensoriais, intelectuais, psíquicas, altas habilidades e superdotação abrangendo outras condições singulares.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva do MEC/SEESP amplia o conceito de necessidades educacionais especiais disseminado a partir da Declaração de Salamanca que deve acolher a toda e qualquer criança independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas. Desta maneira na disciplina foram utilizadas diversas estratégias para se trabalhar com os sujeitos envolvidos na educação inclusiva.

1.5 Conclusão

O trabalho foi muito gratificante por que todos os sujeitos da educação inclusiva fazem parte do contexto dos alunos do curso de Educação do Campo. As reflexões foram realizadas e os alunos no final da disciplina tiveram como atividade a elaboração de um projeto de intervenção que será colocado em prática no tempo comunidade no decorrer dos meses de agosto a novembro de 2015 e apresentar ao professor no encontro do tempo comunidade. A disciplina envolveu a reflexão, discussão dos textos e ação. Foram realizadas visitas a comunidade para verificar a acessibilidade , entrevistas com os moradores e a escuta dos deficientes da cidade de Brasil Novo o que eles pensam , sentem e querem (tudo será exibido na apresentação no encontro no CONEDU 2015.

1.6 Referências

BRASIL.Ministério da Educação .Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional , LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL.Ministério da Educação .Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional , LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.

BRASIL .Constituição da República Federativa do Brasil . Brasília : Imprensa Oficial , 1988.

BRASIL .Ministério da Educação .Secretaria de Educação Especial .Lei nº . 7.853, de 24 de outubro de 1989.

BRASIL .Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil .Lei nº 8.069 , de 13 de julho de 1990.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

BRASIL. Declaração Mundial sobre Educação para Todos :plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem .UNESCO, Jomtiem/ Tailândia , 1990.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais .Brasília : MEC/SEESP, 1994.

BRASIL .Ministério da Educação .Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional , LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL . Ministério da Educação .Secretaria de Educação Especial .Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

BRASIL. Ministério da Educação .Secretaria de Educação Especial .Lei nº 10.048 , de 08 de novembro de 2000.

BRASIL. Ministério da Educação .Secretaria de Educação Especial .Lei nº 10.098 , de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL .Ministério da Educação .Secretaria de Educação Especial .Lei nº .10.436 , de 24 de abril de 2002.Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais –LIBRAS e dá outras providências .

BRASIL .Ministério da Educação .Secretaria de Educação Especial.Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência .

CALDART, Roseli Salete .Elementos para a construção do projeto político pedagógico da educação do campo .In:**Trabalho Necessário**. Ano 2.Nº 2, 2004. Disponível em : [www.uff.br.Acesso](http://www.uff.br/Acesso) em 13 .07.2015.

CARVALHO.Rosita Edler .**Educação Inclusiva** : com os pingos nos “is”.Porto Alegre : Mediação , 2004.

MACHADO, Rosângela .Educação Inclusiva : revisar e refazer a cultura escolar .

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Educação no campo na Amazônia** :bases epistemológicas , socioculturais e matrizes educacionais .Belém:UEPA , 2011.

CARVALHO. Rosita Edler **Removendo barreiras para a aprendizagem** : educação inclusiva .Porto Alegre :Mediação , 2009.